

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E
CONTABILIDADE - FEAAC
CURSO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O PLANO REAL E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
NO BRASIL**

ELIANE PINHEIRO DE SOUZA
PROF. ORIENTADORA: MARIA GORETTI SERPA BRAGA

FORTALEZA (CE), SETEMBRO DE 1998 - A

O PLANO REAL E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

ELIANE PINHEIRO DE SOUZA

Monografia submetida à
Coordenação do Curso de Economia
da Universidade Federal do Ceará
como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Bacharel em Ciência Econômicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
SETEMBRO - 1998

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

~~_____
Eliane Pinheiro de Souza~~

~~_____
Prof.ª Maria Goretti Serpa Braga~~

~~_____
Prof.º Euripedys Ewbank Rocha~~

~~_____
Prof.º Fábio Maia Sobral~~

Monografia aprovada em 29 de setembro.

AGRADECIMENTOS

Em virtude da impossibilidade de agradecer a todas as pessoas, pois a lista é bastante intensa, peço antecipadamente desculpas por não abraçar a todos. Porém, desejo mencionar certas pessoas que contribuíram para este êxito obtido.

Agradeço sobretudo a Deus por guiar meus passos, concedendo - me saúde, disposição , dignidade e força para continuar superando os obstáculos que a vida nos propõe.

Aos meus pais pela total dedicação e doação que proporcionaram condições necessárias a formação profissional.

A minha irmã Tatiana e minhas queridas tias pelo companheirismo.

Aos meus amigos que sempre me deram força e me ajudaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho como Henrique, Solange , Fátima e Lillian.

Quero agradecer de forma especial a minha orientadora Goretti pelo material didático, pelo apoio e atenção conferidos à mim e pelas valiosas sugestões feitas a este trabalho.

Também devo o meu muito obrigada aos professores Eurípedys e Fábio Sobral por disporem participar da banca examinadora.

Aos colegas Márcia, Valmiki e Vladimir que me acompanharam durante todo período da Graduação de forma marcante.

Pela pessoas não mencionadas, mas não esquecidas.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	1
ÍNDICE DOS GRÁFICOS	2
RESUMO.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE PANORÂMICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	
1.1 - Perspectiva Histórica dos anos 50	6
1.2 - Principais Abordagens dos anos 60 e 70	7
1.3 - O desempenho econômico e social dos anos 80	10
1.4 - A realidade dos anos 90	15
CAPÍTULO 2 - O PLANO REAL E SEUS EFEITOS	
2.1 - Antecedentes	20
2.2 - Fases do Programa de Estabilização	22
2.2.1- Primeira Fase - Ajuste Fiscal	25
2.2.2- Segunda Fase - Criação da URV	26
2.2.3- Terceira Fase - O Real	27
2.2.4- Quarta Fase - Reformas Estruturais	29
2.3- Principais Resultados	30
CAPÍTULO 3- IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	
3.1 - Cenário Geral da Distribuição de Renda	33
3.2 - Evolução Recente da Distribuição de Renda no Brasil	34
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1- Participação do trabalho e do capital no conjunto da renda produzida	12
TABELA 2- Distribuição de Renda entre a população economicamente ativa no Brasil em percentagem (1960-1980)	15
TABELA 3- Distribuição de Renda no Brasil – 1960/ 1990	18
TABELA 4- Comparação entre os desenhos dos Planos Cruzado, Collor 1 e Real	23
TABELA 5- Por que está dando certo: Real versus o Cruzado e O Plano Collor 1	24
TABELA 6- Fases do Programa de Estabilização	25
TABELA 7- A Evolução Recente do Crescimento e da Desigualdade- 1989/95	35
TABELA 8- Índices trimestrais do rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados - Região Metropolitana de São Paulo	38

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Nível de Renda da População Economicamente Ativa	13
GRÁFICO 2- Curva de Lorenz	19
GRÁFICO 3- Dinamismo e Estagnação da Economia Brasileira no século XX	20
GRÁFICO 4- Inflação Brasileira ao longo do século XX.....	21

RESUMO

Apesar do nosso país dispor de uma base natural e humana, e de uma infra-estrutura econômica entre as mais ricas de todos os países, o Brasil é campeão em desigualdade social, tendo em vista que apresenta a pior distribuição de renda do mundo conforme mostra os dados do IBGE e Bird. Segundo os dados utilizados de 1993, o Brasil continua sendo o único país pesquisado pelo Bird que possui coeficiente de Gini superior a 0,59. Depois do Brasil, os países com pior distribuição de renda são: Guatemala, com 0,59; África do Sul, com 0,58 e Quênia, com 0,57 (Folha de São Paulo, 9 de julho de 1996).

Diante disto, o perfil da desigualdade de renda necessita ser investigado e monitorado, tendo em vista que a desigualdade de renda tem um impacto direto sobre o bem-estar social.

Neste sentido, o presente trabalho busca analisar o impacto do Plano Real sobre o comportamento da distribuição de renda. O estudo foi proveniente de uma revisão bibliográfica.

Através da análise verificou-se que o Brasil vem apresentando uma dinâmica de concentração de renda crescente nos últimos 30 anos. Esta se manifestou de forma intensa durante a década de 60; piorando na década de 70 e tornando-se ainda mais concentrada na década de 80 devido o agravamento das condições externas.

Nos anos 90, o impacto inicial do Plano Real resultou em uma desconcentração. Porém esta melhoria propiciada pelo programa de estabilização não se consolida mais na realidade.

Feitas estas considerações, torna-se necessário a implementação de políticas gerais para combater à iniquidade distributiva.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira caracteriza-se pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e sociais. De um lado, encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo. De outro, encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em um nível de subsistência, no mundo rural ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro - asiáticas.

Neste sentido, paralelamente ao progresso e ao desenvolvimento acelerado, o Brasil convive com a permanência da distribuição marcadamente desigual, onde apenas uma pequena minoria é beneficiada de usufruir dos mais sofisticados padrões de consumo, ficando uma parcela majoritária excluída do processo. Assim, verifica-se que progresso não é sinal de qualidade de vida.

É interessante observar que apesar do Brasil ter ultrapassado a faixa de 0,8 no relatório divulgado pela ONU sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), colocando - se entre as nações mais desenvolvidas em condições humanas, ainda está atrás de países como a Venezuela, Colômbia e Malásia. A expectativa de vida e o analfabetismo são indicadores que deixam o país em posição inferior ao de outras nações industrializadas (O Povo, 15 de setembro de 1998).

É nesta perspectiva de avaliar o comportamento da distribuição de renda, sobretudo sob o Plano Real, que se desenvolve a análise deste trabalho monográfico constituído de três partes.

O objetivo da primeira parte consiste em apresentar as principais evidências relacionadas à evolução do perfil de distribuição de renda no Brasil, desde o período de Juscelino (1956-1960) até os dias de hoje, fornecendo uma visão global introdutória do processo econômico brasileiro.

O capítulo seguinte enfoca precisamente um estudo sobre o Plano Real, na qual é explicitado que este atual programa de estabilização foi implementado através de

sucessivas fases , onde a fase inicial preocupou - se basicamente com o equilíbrio das contas públicas, a fase seguinte introduziu uma nova unidade de conta, a URV (Unidade Real de Valor) com o intuito de eliminar a inércia inflacionária e a terceira fase consistiu no plano propriamente dito, onde a moeda passou a exercer todas suas funções.

Além da execução destas fases, o capítulo também destaca o papel crucial das reformas estruturais para sucesso da estratégia de estabilização, mostrando que os maiores problemas que assolam a sociedade atualmente, como o desemprego, ocorre em virtude destas reformas não terem sido aplicadas. Ainda é ressaltado neste capítulo, os principais resultados gerais do Plano Real.

Por fim, o último capítulo direciona os efeitos do Plano Real especificamente sobre a distribuição de renda.

CAPÍTULO I - ANÁLISE PANORÂMICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

1.1-Perspectiva Histórica dos anos 50

Os formuladores da política econômica brasileira promoveram a industrialização em substituição à importação com o fim de obter índices elevados de crescimento econômico e modernização. O auge deste modelo de desenvolvimento pode ser considerado o Plano de Metas, adotado por Juscelino Kubitschek(1956 - 1960).

Durante este período, reconheceu-se a necessidade da presença do Estado na economia brasileira. Com esta política econômica desenvolvimentista, instaurou-se no Brasil a empresa multinacional através da adoção de mecanismos de proteção, que foram fornecidos para atrair o capital estrangeiro, tendo em vista que o país não possuía recursos próprios suficientes para a implantação da industrialização. Além do capital estrangeiro, as multinacionais também motivaram a rápida transferência de tecnologia avançada permitindo ao país receptor desenvolver novos setores industriais em um curto período de tempo.

Neste período, o processo de industrialização possibilitou um crescimento econômico acelerado, em que detectou-se uma taxa média anual de expansão do PIB per capita de 4,1% registrado durante a década de 50 (dados extraídos de OLIVEIRA,p.21). Este quadro de desenvolvimento econômico propiciou a formação dos grandes centros urbanos e a montagem de uma potente infra-estrutura, ou seja, o poder público investiu largamente na expansão e diversificação da economia. Porém, esta modernização foi construída independentemente do bem-estar coletivo, visto que gerou uma distribuição desproporcional dos benefícios advindos do desenvolvimento de uma base regional, setorial e de renda.

Neste sentido, o desenvolvimento de um país deve levar em conta também os aspectos sociais e mais precisamente a sua distribuição de renda com o intuito de proporcionar acesso aos frutos da industrialização a uma parcela

maior da população . A distribuição de renda pode ser vista sob vários ângulos . Reconhece-se a distribuição setorial de renda , que refere-se a participação de cada setor da economia no produto. A distribuição de renda também pode ser expressa através da divisão regional da renda , que procura mostrar a participação de cada uma das regiões brasileiras na renda global do país e da divisão pessoal da renda , que reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes do país¹.

1.2- Principais abordagens dos anos 60 e 70

Em decorrência da acelerada expansão econômica ocorrida na década anterior , a economia perdeu seu dinamismo no início dos anos 60 , sendo afetada por uma contínua crise política vivenciada pelo país após a renúncia de Jânio Quadros à presidência.

Os turbulentos anos que seguiram à renúncia em 1961 até a derrubada do governo seguinte em 1964 , foram desprovidos de qualquer linha de política econômica consistente. Este período foi envolvido por uma crise global , marcada por uma redução da produção, uma queda no nível de salário e emprego , um aumento da inflação e um ambiente de insatisfação e recessão. Isto foi resultado da falta de implantação de programas concretos. Goulart estabeleceu o Plano Trienal , em 1963 , destinado a exercer a uma enérgica fiscalização sobre a inflação e lidar sistematicamente com os principais desequilíbrios da economia , porém o plano não foi implantado em virtude da inexistência de meios e vontade de impor suas medidas de estabilização e reforma.

A estagnação evidenciada na economia brasileira no início dos anos 60 , continuou depois da mudança do regime em 1964 e persistiu até 1967. O crescimento médio anual do PIB neste período foi de 3,5% (BRUM,p.168). Neste momento , observou-se que a renda estava mais concentrada do que antes. Um sistema que origina altos índices de crescimento de uma produção distribuída de forma irregular , parecia ser, a longo prazo , moral e politicamente injustificável

1- A distribuição de renda enfatizada nesta monografia é a divisão pessoal da renda.

(BAER , p. 96). Porém , os defensores do regime² tentam explicar o aumento na concentração de renda nos anos 60 através da insuficiência da oferta de trabalhadores altamente qualificados e alegavam que o problema poderia ser solucionado , investindo mais em educação , o que melhoraria gradativamente a distribuição de renda do país.³

De acordo com os críticos do regime⁴ as explicações baseadas em oferta e demanda eram insuficientes para justificar o aumento observado nos diferenciais de renda no período , os quais apontaram a política salarial e a repressão dos sindicatos postas em prática após o golpe de 1964 como responsáveis pelo aumento da desigualdade registrado neste período , revelando assim que não há um consenso entre os economistas para se justificar a desigualdade distributiva de um país .

Após esta fase de estagnação que perdurou até 1967 , presenciou-se um notável boom econômico que persistiu de 1968 a 1974 , na qual foi denominada “ Milagre Brasileiro “ , sendo marcado por baixas taxas de inflação , registradas em média de 19% a.a (BRUM , p.163) e um elevado crescimento econômico , onde a taxa média anual do PIB atinge um patamar altamente expressivo de 11% (BRUM , p. 168).

A acelerada expansão econômica decorre dos fortes investimentos do governo na infra- estrutura e na indústria básica e da crescente presença estrangeira na indústria moderna de bens duráveis . No entanto , apesar dos resultados favoráveis promovidos pela expansão econômica ocorrida , o setor industrial produtivo foi montado para servir apenas a uma pequena minoria de consumidores , que constitui a elite privilegiada , enquanto a maioria da população foi excluída do consumo destes produtos , tornando a distribuição de renda ainda mais desigual.

² Dentre os defensores do regime, pode-se destacar Langoni, Senna e Castela

³A teoria do capital humano , com sua ênfase no papel das variáveis educacionais para a explicação da desigualdade , é a mais amplamente aceita neste grupo.

⁴Entre os autores que se enquadram nesta posição estão Fishow , Hoffmann e Taylor.

Além disto , a piora significativa da distribuição de renda também pode ser influenciada pela tecnologia e pela utilização dos incentivos fiscais para alocar recursos , onde os grupos de renda elevada são mais favorecidos devido estarem em posição de utilizar esses incentivos.

O período seguinte (1974-1979) foi assumido por Ernesto Geisel , que enfrentou uma deterioração da economia externa e conseqüentemente da economia brasileira em decorrência da crise internacional desencadeada pelo 1º choque do petróleo.

Com o choque do petróleo , ocorrido no final de 1973 , o Brasil ingressou numa nova fase de seu desenvolvimento⁵ em que o governo optou por uma política de crescimento ao em vez de se dedicar a um programa de ajuste de austeridade para lidar com o extraordinário declínio nas relações de troca do país , implicando no ressurgimento da inflação , que passou do patamar dos 15 % a.a no final do Milagre para o patamar dos 40% em média , ao longo do II PND (BRUM , p. 163).

Em sua gestão , também foi relevante destacar a preocupação com a extrema desigualdade da distribuição de renda. Geisel visava melhorar esta distribuição e aumentar o bem-estar das massas que não participaram do rápido crescimento havido nos “ anos do milagre “ , através da implantação do Projeto Brasil - Potência.

A implantação desta política mostra que foi possível , em um prazo muito curto , realizar um radical salto de modernização . O Brasil passou a ser a oitava potência econômica mundial , criando uma competente infra-estrutura e dispondo de uma rica população consumidora . Mas provocando , ao lado , um dos mais dramáticos e atrasados quadros sociais : a miséria da modernização , revelando que apesar dos esforços e medidas adotadas , o governo não conseguiu viabilizar inteiramente seu projeto⁶ , ocasionando um distanciamento crescente entre os

⁵ Nesta foi lançado o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) que apresentou uma alteração nas propriedades de industrialização brasileira que deixa de estar baseada no crescimento do setor de bens de consumo duráveis e passa a crescer com base no setor de bens de capital e insumos básicos.

⁶ A inviabilidade do projeto no aspecto social pode ser explicada pela insuficiências de condições e recurso que o governo possui para realizar seus propósitos, em virtude da vontade do Estado não coincidir necessariamente com a vontade de outros agentes da sociedade (banqueiros, empresários) e a incapacidade da empresa privada nacional assumir a liderança no processo de acumulação capitalista.

incorporados no sistema e os marginalizados. A sociedade brasileira caracteriza-se pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e sociais (IANNI , p.90).

econômico do país , onde os anos 60 e 70 foram marcados pela forte intervenção do governo no sistema e muitos estudos realizados evidenciam que o Brasil dispunha de uma máquina burocrática eficiente neste período . Era uma eficiência dos meios , porque a dimensão da crise social decorre em grande parte daquela “eficiência “ com que o Estado foi administrado , endividando-se de forma irresponsável executando projetos equivocados , definindo políticas que tenderam sistematicamente à partição da sociedade e servindo apenas à parte privilegiada (BUARQUE , p. 92 e 93) .

1.3-O desempenho econômico e social dos anos 80:

Até o final da década de 70 , o desenvolvimento brasileiro obedeceu aos padrões básicos dos estágios iniciais de desenvolvimento. O padrão de investimento brasileiro , portanto , estava baseado no financiamento externo e estatal . No entanto , a partir de então , presencia-se o esgotamento deste modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro centrado na industrialização por substituição de importações.

Em 1979 , ocorreu o segundo choque do petróleo e principalmente a reversão nas condições de financiamento internacional , com a elevação da taxa de juros internacional , em um momento em que o endividamento externo brasileiro era crescente . Em decorrência desta desorganização financeira que se instalou no sistema internacional de pagamentos a partir do colapso das regras acertadas em Bretton Woods , a primeira metade da década de 80 foi marcada pela crise econômica mais grave desde os anos 30.

A piora na situação cambial levou o governo, já em 1980 a reverter a política econômica e adotar uma política ortodoxa⁷ denominada “ajustamento voluntário”. Este programa de ajuste voluntário não solucionou o problema do país em lidar com sua dívida externa, e em 1982 a situação se deteriorou completamente, quando os credores se recusam a continuar refinanciando a dívida e os juros⁸. Agora em vez de o Brasil administrar a dívida, é a dívida que administra o Brasil, ou seja o Brasil passa a ser administrado em função da dívida externa e dos interesses dos credores internacionais, sob a tutela e auditoria do FMI (BRUM, p.231).

Durante os dois anos seguintes, submeteu-se aos ditames dessa instituição, visto que a disposição dos bancos internacionais em rolar a dívida e conceder novos empréstimos para pagar os juros dependia da aprovação do programa de ajuste do Brasil pelo FMI.

Desta forma, em virtude do quadro de problemas apresentados, percebe-se uma deterioração nas condições de vida das pessoas, refletindo conseqüentemente para o agravamento do perfil da distribuição de renda, onde presencia-se que a carga representada pelos programas de ajuste ocorridos no início dos anos 80 caiu mais pesadamente sobre os grupos de renda menos favorecidos do que sobre outros setores da sociedade brasileira.

O Brasil apresenta um quadro dramático de degeneração social, decorrente da desigualdade com que se distribui o produto econômico. O mais grave desse quadro é a forma desigual como se reparte a renda nacional entre os trabalhadores e os donos do capital (BUARQUE,p.116).

⁷ De acordo com a política ortodoxa, a inflação é decorrente da emissão monetária devido aos déficits público. Desta forma, o combate o combate inflacionário é conseguido através de uma política recessiva, com a retração da demanda pelo o setor privado através da elevação de impostos e pelo o setor através da queda nos gastos.

⁸ Esta suspensão de crédito ao Brasil ocorreu devido moratória da dívida mexicana em agosto de 1982.

TABELA 1

Participação do trabalho e do capital no conjunto da renda produzida

no Brasil -1960 a 1989

Ano	Massa Salarial	Capital
1960	60	40
1970	40,8	59,2
1975	38,4	61,6
1980	37,9	62,1
1988	38	62
1989	35	65

Fonte: Para 1960 - Mário Henrique Simonsen ,assessor econômico de Roberto

Campos , Ministro do Planejamento no Governo Castelo Branco (1964-1967)

Para 1970 a 1980- Lawrence Pih Anistia Internacional. In:

Boletim Parlamentar do Deputado Federal Vicente Bogo Agosto/outubro 1989.

Para 1988 - DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio –Econômicos.

Para 1989- Estimativa do Autor (BRUM,p.194)

Os dados apresentados pela tabela 1 evidenciam um grave retrocesso da massa salarial (participação do trabalho na renda interna) nos últimos 30 anos que atinge no fim dos anos 80 e início dos anos 90 patamares inferiores a 40% , contribuindo para o empobrecimento da maioria em benefício atual da pequena elite que mantém em servidão .

O processo de crescimento da desigualdade registrado nos anos 80 difere das décadas anteriores. Nos anos 60 e 70 , apesar da existência de uma profunda concentração de renda ,reconhece-se que a renda média da população vinha crescendo . Porém nos anos 80 , a renda média da população economicamente ativa⁹ decresce juntamente com o aumento da desigualdade de renda , que se processa através da diferenciação de perdas entre os extratos de renda.¹⁰ A robustez destes resultados é confirmada pelo gráfico 1 mostrado a seguir.

⁹ - A população economicamente ativa (PEA) é formada por pessoas que estão efetivamente integradas no mercado de trabalho, representada por pessoas empregadas e desempregadas.

¹⁰ Ver a respeito em BONELLI e RAMOS , Régis e Lauro. Distribuição de renda no Brasil : avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Revista de Economia Política. Vol.13, n° (50),

GRÁFICO 1



Fonte: BARROS e MENDONÇA, 1995, p.137

O gráfico 1 retrata a evolução da renda média da população economicamente ativa no Brasil ao longo das últimas três décadas, revelando um aumento de 25% no nível de renda médio entre 1960 e 1970, o que denota um crescimento médio de 2,2% ao ano, enquanto entre 1970 e 1980 reconheceu-se uma elevação de 97% no nível de renda médio, o que equivale a uma taxa de crescimento anual de 7%. Esta ampliação da renda média registrada neste período foi decorrente da expansão das camadas de renda média e alta, agravando o grau de desigualdade da repartição de renda. Por outro lado, mostra que entre 1980 e 1990 observou-se um declínio de 14% no nível médio de renda, o que representa um crescimento médio anual de -1,5%. O referido decréscimo foi proveniente da instabilidade econômica deste momento, o que tornou a distribuição de renda ainda mais perversa.

Tendo em vista a incapacidade da ditadura tecnocrática - militar - empresarial continuar o caminho da modernização na forma que a população acreditava, a democracia retornou ao Brasil em 1985, não constituindo porém uma ruptura total na estrutura econômica, política e social, mas apenas mudanças relativas.

Em 1986, o governo brasileiro (Sarney) anunciou um programa heterodoxo¹¹

¹¹ Para a política heterodoxa, a inflação não decorre do excesso de demanda provocado pela emissão monetária. Neste caso utiliza-se o congelamento de preços e salários como uma medida para combater a inflação

de estabilização , conhecido como Plano Cruzado , que visava corrigir as distorções conjunturais da economia , interrompendo de imediato uma inflação que não podia mais ser controlada por meio de políticas ortodoxas .

Embora parecesse , a princípio que o Plano Cruzado atingia seu intuito sem efeitos colaterais recessivos , ele fracassou no final de 86 porque o governo não realinhou os preços, ocasionando um ressurgimento da inflação, crise nas contas externas e uma queda no crescimento real.

Feitas estas considerações , verifica-se que a tendência de crescimento da desigualdade de renda mantém-se nos anos 80 . Somente em 1986 houve uma redução da desigualdade de renda associada ao modesto processo de redistribuição possibilitado pelo Plano Cruzado . Porém seu efeito distributivo positivo , não afetou de maneira significativa a participação na renda dos mais pobres , pois em decorrência do ressurgimento da inflação , o efeito distributivo do plano não se concretizou nos anos seguintes , implicando numa perda dos ganhos obtidos no período do Plano Cruzado.

Diante do fracasso do Plano Cruzado , o governo perdeu grande parte do apoio popular , o que enfraqueceu politicamente . A partir de então foram estabelecidas novas tentativas de combate para conter o processo inflacionário ¹² , porém não trouxeram resultados promissores, tornando a situação econômica e social ainda mais desgastada.

¹² Dentre as novas tentativas de estabilização ocorridas posteriormente ao Plano Cruzado, ressalta-se o Plano Bresser e o Plano Verão .

TABELA 2**Distribuição de Renda entre a população economicamente ativa no Brasil -
em percentagem - (1960 - 1980)**

População Economicamente Ativa	1960	1970	1980
Os 20% mais pobres	3,9	3,4	2,8
Os 50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
Os 80% mais pobres	44,8	38,2	33,7
Os 10% intermediários	15,6	15,1	15,4
Os 10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
Os 5% mais ricos	28,3	34,1	37,9
Os 1% mais ricos	11,9	14,7	16,9

Fonte: Fundação IBGE - Censos (BRUM, p.191)

Pela tabela 2 , constata-se que o período de 1960 a 1980 foi marcado por um aumento considerável da concentração de renda , mostrando que os 80% mais pobres da população economicamente ativa brasileira sofreram perdas substanciais na sua participação proporcional na renda produzida , diminuindo essa participação de 44,8% para apenas 33,7% , enquanto os 10 % mais ricos tiveram , no mesmo período ganhos muito expressivos , passando a sua apropriação de menos de 40,5 % para mais de 50% da renda nacional.

1.4- A realidade dos anos 90

A estagnação prossegue nos anos 90 . Os primeiros anos desta década (1990-1992) foram administrados pelo presidente Collor , que também tinha como preocupação básica o combate à inflação.

A natureza da inflação brasileira e o fracasso das tentativas de estabilização até então implementadas resultaram do descontrole monetário e fiscal , da elevada liquidez dos ativos financeiros e da ineficácia da política cambial. O

referido período também foi marcado pela presença de uma indexação diária dos ativos financeiros , que refletiam sobre preços e câmbio.

Neste contexto foi introduzido o Plano Collor com o objetivo de reduzir a liquidez do país e romper com a indexação da economia , porém gerou profunda desestruturação em torno de condições de emprego e produção e fracassou porque o governo não conseguiu manter as pressões dos altos empresários.

Com o fracasso das tentativas de estabilização e as acusações de corrupção generalizada que resultaram num processo de impeachment no Congresso , o governo Collor perdeu a capacidade de liderança econômica e política . De qualquer forma , embora marcado pela crise política do impeachment , o presidente Collor deu continuidade ao programa de privatização , que assumiu dimensões muito maiores do que os programas anteriores e estabeleceu a liberalização do câmbio e adoção de várias medidas para promover uma gradual abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa.

O neoliberalismo é utilizado para viabilizar a modernização nos anos 90 em vez do protecionismo alfandegário e do apoio estatal ao setor privado adotado pelos governos conservadores entre os anos 50 e 80 . Quando o Estado já não consegue convencer nem legitimar a definição dos objetivos , o mercado passa a ser o elemento definidor e legitimador para que estes objetivos continuem os mesmos(BUARQUE , p. 29).

Com o renascimento das idéias liberais, verifica-se que a elite privilegiada continua sendo a principal responsável pela apropriação dos benefícios resultantes da privatização , enquanto a maioria é marginalizada de seus efeitos favoráveis, tornando a concentração de renda ainda mais acentuada.¹³

No entanto esta tendência não foi verificada pelos dados do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que ao contrário da visão anterior detectaram uma melhora da distribuição de renda no Brasil , tendo em vista que o índice de Gini passou de 0,63 em 1989 para 0,60 em 1993. Mas mesmo assim , o país ainda é o campeão em desigualdade social do planeta conforme

¹³ Esta informação que alega que a privatização origina mais concentração de renda e de mercado pode ser confirmada pela venda da Cimetal, Usiba, Cosinor e Piratini ao grupo Gerdau, do Rio Grande do Sul.

mostra o documento do Bird em 1996.¹⁴

O desempenho econômico não mostrou melhora significativa com o impeachment de Collor, em que assume a presidência o vice-presidente Itamar Franco, pois neste momento reconhece-se que a inflação continuava a subir passando de 25% ao mês no final de 1992 para mais de 30% na segunda metade de 1993. Além disto, também percebe-se o prosseguimento das demissões e o declínio do PIB no primeiro trimestre de 1993 (BAER, p. 205).

Itamar Franco demorou para dar qualquer rumo à política econômica. O programa de privatização só foi totalmente restabelecido em meados de 1993 com a presença de algumas alterações onde ressalta-se a passagem do sistema de leilão para a venda das empresas estatais por meio de fusões, exigência que pagassem uma maior parcela das aquisições em moeda de liquidez real e não por conversão da dívida. Sua gestão foi marcada pela instabilidade de sua equipe econômica, tendo em vista as sucessivas substituições dos ministros da Fazenda em curto período de tempo¹⁵, onde o último ministro indicado por Itamar Franco foi Fernando Henrique Cardoso que implantou o Plano Real que será discutido nos próximos capítulos.

Durante o período analisado (1950-1990) presenciou-se uma forte deterioração na repartição da renda, que pode ser mensurada através do coeficiente de Gini, onde seu valor pode variar de 0 o que representaria uma perfeita igualdade na distribuição de renda a 1 o que significa um nível de desigualdade máxima. O índice é calculado com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), realizada pelo IBGE.

¹⁴ Ver em FALCÃO DANIELA, "Brasil é campeão de desigualdade social", publicação da Folha de S. Paulo em 9 de julho de 1996.

¹⁵ Dentre os ministros da Fazenda que passou pelo comando da economia neste momento destaca-se: Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende.

TABELA 3

Distribuição de Renda no Brasil - 1960 / 1990

Ano	Índice de Gini	10+ /10-
1960	0,5	34
1970	0,56	40
1980	0,59	47
1990	0,63	78

Fonte : Barros , Mendonça e Rocha (1993)

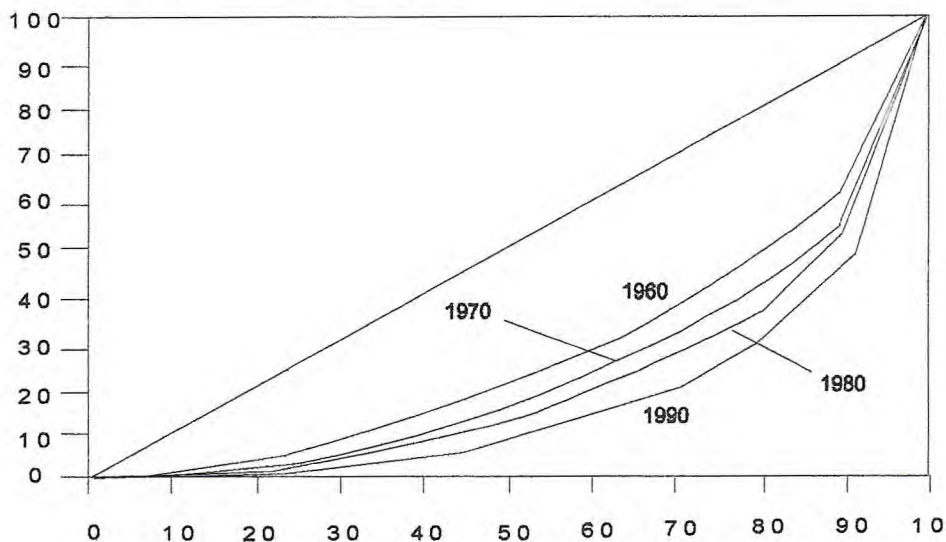
In "Perspectivas da Economia Brasileira -1994 "
Rio de Janeiro ,1993 , v.2

A crescente desigualdade de renda registrada neste período pode ser comprovada pela tabela 3 que apresenta uma grande mudança no índice de Gini ¹⁶(de 0,50 para 0,63) de 1960 para 1990 . Através desta tabela também observa-se que a relação de renda existente entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres eleva-se de 47 para 78 , entre 1980 a 1990 , sendo quase quatro vezes maior do que esta mesma variação nas décadas de 60 e 70 , enfatizando o peso das mudanças nas caudas da distribuição nos anos 80.

Além da exibição do índice de Gini , o agravamento da desigualdade na distribuição dos rendimentos também pode ser visualizada através da evolução temporal da curva de Lorenz apresentada a seguir :

¹⁶ O indicador de desigualdade mais conhecido é o coeficiente de Gini. Segundo este índice, quanto mais próximo da unidade, mais elevada é a desigualdade de renda e quanto mais perto de zero, menor é a desigualdade.

GRÁFICO 2
Curva de Lorenz



FONTE: Construído com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1990. (BARROS e MENDONÇA, p. 137)

OBS: A distribuição utilizada é a da população economicamente ativa segundo a renda individual.

Por meio deste gráfico, observa-se um nítido aumento no grau de desigualdade. A fração da renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou 11 pontos percentuais (de 54 para 65%), enquanto a fração da renda apropriada pelos 50% mais pobres declinou 6 pontos percentuais (de 18% em 1960 para 12% em 1990).

Feito este estudo sobre distribuição de renda, verifica-se que esta não pode ser justificada em termos economicistas, pois não há uma correlação definida entre crescimento econômico (medido pelo PIB per capita) e concentração¹⁷. A distribuição de renda é uma decisão ética e política. Assim sendo, a distribuição não é uma questão de instrumentos, é uma questão de objetivos. O que justifica a distribuição é o desejo ético de uma harmonia social, é o projeto político da democracia e é a visão de longo prazo, três fatores que têm estado excluídos do discurso economicista (BUARQUE, p. 117).

¹⁷ Isto pode ser visto claramente durante o regime autoritário e concentrador, em que percebe-se um crescimento econômico acelerado, mas sem contra-partida de uma distribuição mais equitativa.

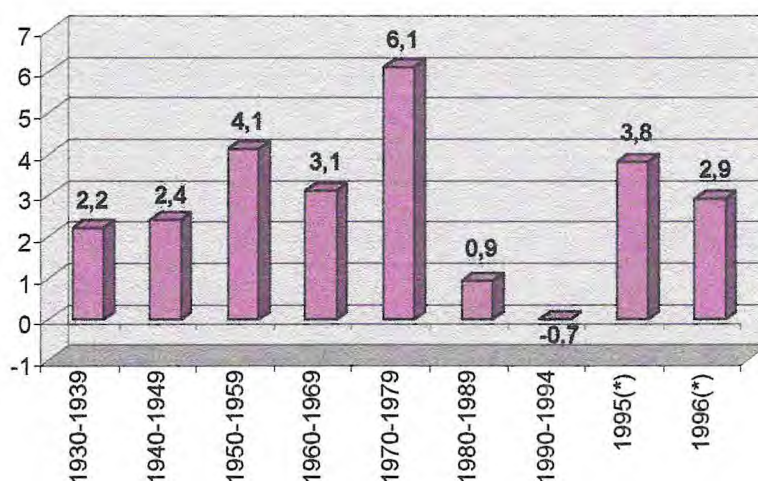
CAPÍTULO II- O PLANO REAL E SEUS EFEITOS

2.1- Antecedentes

O Brasil tem demonstrado notável vocação para o crescimento ao longo do século XX que pode ser verificado pelo gráfico abaixo :

GRÁFICO 3

Dinamismo e Estagnação da Economia Brasileira no Século XX - (%)



Fonte: 1900-1946:IBGE (18987) ; 1947-1985:FGV e 1986-1994:IBGE

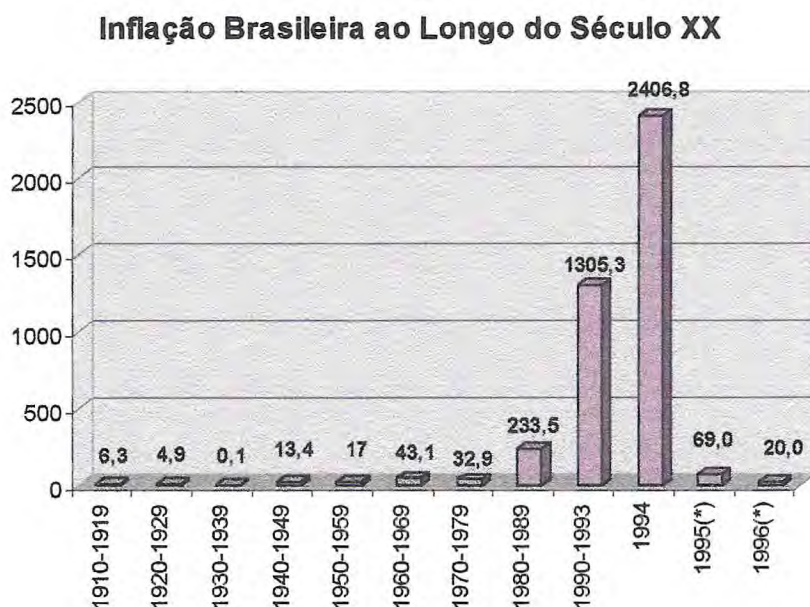
OBS: Taxa média anual de expansão do PIB per capita.

(*) Projeções não - oficiais (OLIVEIRA,p.21).

O gráfico 3 registra o crescimento médio do Brasil ao longo das décadas do século XX , enfatizando elevadas taxas médias de expansão sobretudo nas décadas de 50 , 60 e 70 . Os anos 80 e 90 (até 1992) apresentam um comportamento atípico marcado por um baixo crescimento , que recupera-se a partir de 1993 / 1994 , retornando à vocação de crescimento do país .

Simultaneamente ao acelerado crescimento , convive-se com o problema crônico da inflação que atingiu índices gigantescos conforme mostra o gráfico a seguir :

GRÁFICO 4



Fonte: 1910-1946: Paiva Abreu (1900) ; 1947-1985; FGV; 1986- 1993;IBGE e 1994:ConjunturaEconômica.

(*) Projetado (OLIVEIRA, p.23).

Pelo gráfico 4 , visualiza-se que as taxas de inflação registradas ao longo do século XX foram relativamente altas , mesmo em períodos fortemente expansivos como nas décadas de 50 e 70 , apresentaram uma taxa de 17 % e 32 ,9 % respectivamente . A situação torna-se ainda mais preocupante nos anos 80 e 90 (até 1994) devido a presença concreta da hiperinflação . No entanto , percebe-se que a partir de 1994 , o processo inflacionário altera-se completamente revelando uma queda brusca das taxas de inflação , que passa do patamar de 2.406,8 % em 1994 para 69 % em 1995 como decorrência da

implantação do Plano Real .

O problema inflacionário tornou-se mais grave desde o final dos anos 70 (1979) até os anos 90 (1994) principalmente em virtude dos fracassos dos sucessivos planos de estabilização.

Desta forma, nota-se que as características peculiares da inflação brasileira ressaltadas acima exigiram programa de ajuste distinto tanto dos padrões convencionais quanto do populismo econômico (OLIVEIRA, p.31). Neste sentido, Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, implantou um Programa de Ação Imediata (PAI) em 14 de junho de 1993 com o intuito de atacar de forma eficaz as causas da inflação crônica que impede o crescimento sustentado e sobretudo reverter o quadro de injustiças sociais que repugna a consciência civilizada.

O Programa de Ação Imediata estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a reorganização do setor público e que contribuiu para a redução e maior eficiência de gastos; a recuperação da receita tributária; o equacionamento da inadimplência de Estados e Municípios com a União; o maior controle dos bancos estaduais; o início do saneamento dos bancos federais; e o aperfeiçoamento e ampliação do programa de privatização.

Para dar continuidade a tais medidas, o Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso aprovou o Programa de Estabilização Econômica em 7 de dezembro de 1993,¹ que foi concebido para ser realizado através de três fases iniciais, onde o ajuste fiscal aparece como condição para o sucesso do programa.

2.2- Fases do Programa de Estabilização

O Plano Real é o décimo terceiro plano de estabilização tentado no Brasil desde o momento em que a atual crise econômica foi desencadeada em 1979 com o segundo choque do petróleo . Dos doze planos de estabilização que precederam o Plano Real, houve pelo menos duas apostas fortes no ataque ao problema

¹ O Plano Real consiste em um atual programa de estabilização que teve início no governo Itamar Franco e prossegue na administração FHC.

inflacionário: o Cruzado (no governo Sarney) e o Collor 1 (no governo Collor). Porém estas tentativas fracassaram devido a uma combinação de dois motivos: falta de apoio político para o ajuste fiscal e incompetência na implementação do plano.

Ambas as deficiências foram superadas pelo Plano Real, confirmando que este diferencia-se dos experimentos anteriores. A distinção estabelecida entre o Plano Real e os Planos Cruzado e Collor 1² pode ser examinada detidamente através da tabela seguir:

TABELA 4

COMPARAÇÃO ENTRE OS DESENHOS DOS PLANOS CRUZADO, COLLOR 1 E REAL

POLÍTICA PLANO	FISCAL	MONETÁRIA	CAMBIAL	SALARIAL	PREÇOS	REFORMAS ESTRUTURAIS
CRUZADO	expansionista	expansionista	Câmbio congelado	congelamento com abono salarial prévio	congelados	economia ainda fechada, estatizada e regulamentada
COLLOR 1	contracionista	restritiva com redução do estoque de ativos monetários	Flutuante	livre negociação	congelamento apenas formal	Abertura, início da privatização e desregulamentação
REAL	contracionista com ajuste prévio	contracionista com taxa real de juros elevada	Flutuante com bandas (*)	conversão pela média para URV e livre negociação nas datas-base	conversão parcialmente negociada para a URV e liberdade de preços	aprofundamento de abertura, continuidade da privatização limitada

FONTE: OLIVEIRA, p. 111

Tendo em vista as informações fornecidas pela tabela 4, verifica-se que o Plano Real procurou não incorrer os mesmos equívocos do Cruzado em que adotou políticas fiscal e monetária francamente expansionistas, reforçadas pela política salarial que concedia abono na partida do programa e buscou evitar também as ações drásticas nas áreas monetária e financeira, como a retenção de ativos financeiros que aconteceu no Plano Collor 1. Quanto à política cambial, salarial e de preços, também detectou-se que o Plano Real utilizou mecanismos mais convenientes para combater o regime da superinflação. Além destas políticas analisadas, ainda vale ressaltar que as condições estruturais nos quais foram impostas ao Plano Real foram

² - Estes planos concentraram grande esforço do governo e da sociedade no combate antiinflacionário. Em virtude disto, foram escolhidos para serem comparados com o Plano Real.

mais favoráveis do que nos planos anteriores.

Assim, constata-se que o Plano Real está dando certo ao comparar com os planos que o antecederam. Seu relativo sucesso pode ser confirmado pela tabela 5 exibida a seguir:

TABELA 5

POR QUE ESTÁ DANDO CERTO: REAL VERSUS O CRUZADO E O PLANO COLLOR
1

FATOR PLANO	DESENHO TÉCNICO			CIRCUNSTÂNCIAS		DEMANDA POR ESTABILIDADE
	POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA	POLÍTICA DE RENDAS	REFORMAS ESTRUTURAI S	INTERNAS	EXTERNAS	
CRUZADO	REPROVADO	APROVADO	REPROVADO	Economia fechada, estatizada e excessivamente regulamentada.	Crise da dívida externa. Início da Rodada Uruguai.	Pequena. Grande expectativa redistributiva.
COLLOR 1	REPROVADO	INSUFICIENTE	APROVADO	Prioridade às reformas estruturais	Início da reabertura dos mercados internacionais de capital.	Grande.
REAL	SUFICIENTE	APROVADO	APROVADO	Redução do Estado. Economia aberta e menos regulamentada.	Grande liquidez no mercado internacional. Fim da Rodada Uruguai. Nafta, Mercosul e União Européia.	Grande.

FONTE: OLIVEIRA, p. 114

Conforme apresentado pela tabela 5, o Plano Real foi certamente o melhor concebido, não apenas por sua superioridade técnica, mas também devido as mudanças qualitativas nas condições internas e externas, nas quais merecem destacar a grande liquidez no mercado internacional e a relevância da abertura comercial para o mercado interno, tendo em vista que o protege contra os abusos de práticas monopolistas. Além destes conjuntos de fatores que concorreram para o relativo sucesso do Real em relação aos planos que antecederam, ainda reconhece-se um aumento da demanda política por estabilidade e uma diminuição do apelo do populismo econômico.³

³ 3- Ver a respeito em PEREIRA, Bresser. A economia e a política do Plano Real. Revista de Economia Política. Vol.14, nº 4 (56), outubro-dezembro / 1994, p.132.

Diferentemente dos planos anteriores , o Plano Real foi implementado gradualmente através de sucessivas fases . Segundo este atual programa , a estabilização bem –sucedida demanda tempo e envolve diferentes fases que podem ser presenciadas pela tabela que segue :

TABELA 6

Fases	ITAMAR FRANCO	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
I Ajuste Fiscal	Fase I	Continuação do ajuste
II Criação da URV	Fase II	Continuação da desindexação
III Conclusão	Fase III	Consolidação das instituições monetárias
IV Reformas Estruturais		Fase IV

FONTE: OLIVEIRA, p. 33

2.2.1- Primeira fase- Ajuste Fiscal

A primeira fase do Plano Real estendeu-se de dezembro de 1993 a março de 1994 . Nesta fase inicial, a principal preocupação consistia no equilíbrio das contas públicas . Diante disto , enfatizou-se a preeminência do ajuste fiscal para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União , tendo em vista que a solução duradoura da crise fiscal é o alicerce insubstituível de qualquer política consistente de estabilização e retomada do crescimento da economia brasileira.

Visando alcançar este objetivo , foram criadas o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) e o FSE (Fundo Social de Emergência) . O IPMF referiu-se a um novo imposto de caráter temporário sobre movimentações financeiras com uma alíquota de 0,25 % sobre o valor de toda operação , enquanto o FSE procurou aumentar o volume de arrecadação e permitir flexibilidade na gestão orçamentária de 1994 e 1995 com o intuito de garantir o equilíbrio entre receitas e despesas.

De acordo com a proposta inicial do Executivo , o Fundo Social de Emergência seria constituído pelos seguintes elementos básicos :

- Desvinculação de 15 % dos principais impostos e contribuições

- Criação de uma sobretaxa desvinculada de 5 % sobre os principais impostos
- Desvinculação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

No entanto , na realidade o resultado final do FSE demonstrou que não houve avanços significativos , posto que a diminuição da receita destinada a determinados itens foi mais do que compensada pelo aumento da dotação orçamentária às mesmas categorias de gasto. Mas apesar disto , os principais indicadores de desempenho fiscal apontam uma melhora nos anos 90 relativamente aos anos 80 ⁴ .

Paralelamente , procurou-se acumular reservas cambiais para dar condições ao Banco Central de administrar as políticas monetária e cambial.

2.2.2- Segunda fase - Criação da URV :

A segunda fase do Programa de Estabilização Econômica começou no início de março de 1994 com a introdução de uma nova unidade de conta , a URV (Unidade Real de Valor) e prolongou até o final de junho deste mesmo ano . Esta fase buscou eliminar a inércia inflacionária através do surgimento da URV , que passaria a servir como referência aos contratos da economia , integrando-se ao Sistema Monetário Nacional e estando vinculada ao dólar em uma base de um por um.

A relevância desta fase pode ser justificada pelos seguintes motivos :

- A URV propiciou um período útil de adaptação dos contratos
- A URV ofereceu uma referência estável de valor
- A utilização da URV gerou uma redução da memória inflacionária do sistema , contribuindo para aumentar a eficiência da política antiinflacionária

Esta etapa também foi valiosa para a conversão dos preços públicos em URV.⁵

Tendo em vista as vantagens apontadas, reconhece-se que apesar desta fase constituir uma etapa transitória, ela é crucial na direção do fundamental objetivo

⁴ 4- Ver a respeito em OLIVEIRA , Gesner . Brasil Real : desafios da pós –estabilização na virada do milênio , 1996 , ps. 39 e 40.

⁵ Idem, ebidem, p. 44

nacional de retomada sustentada do crescimento com estabilidade de preços.

Neste período, todos os preços passaram a ser convertidos em URV. A conversão dos salários de cruzeiros reais para URV foi definido pela média aritmética dos valores na data dos quatro últimos pagamentos, convertidos cada um deles em URV pelo valor de conversão nesta data, ficando assegurada a manutenção do poder de compra dos salários para todos.

A conversão para a URV das obrigações expressas em cruzeiros reais nos contratos ocorreu através de uma livre negociação entre as partes sem interferência governamental, que foram aplicadas a todos os tipos de contratos, inclusive aluguéis, mensalidades escolares e planos de saúde.

Quanto aos preços, reconheceu-se que este Programa de Estabilização conforme descrito anteriormente não adotou congelamento, cuja ineficácia já é conhecida. Este programa não se nutriu a ilusão de baixar a inflação por decreto, o governo e a sociedade estão conscientes de que o processo inflacionário só poderá ser efetivamente debelado por meio de políticas macroeconômicas consistentes.⁶

A cotação da URV em cruzeiros reais foi corrigida diariamente, acompanhando a perda de poder aquisitivo do cruzeiro real, conforme estimada por um conjunto de três índices de preços IPCA-E do IBGE, que prevê uma ligação direta da URV com a UFIR e portanto com as receitas fiscais do governo, o IGPM da FGV e o IPC (terceira quadrissemana) da FIPE. A utilização de dois índices de preços calculados por instituições privadas de pesquisa amplia a confiabilidade da URV.

2.2.2- Terceira fase - O Real

O início da terceira fase ocorreu no dia 1º de julho de 1994, sendo marcada pela extinção do cruzeiro e pela transformação da URV em Real, que além de exercer as funções de unidade de conta e reserva de valor (já existentes na URV) também passou a desempenhar a função de meio de pagamento, completando a reconstrução formal do sistema monetário introduzido pela URV.

⁶ Ver a respeito em Cardoso, Fernando Henrique. Plano Real . Revista de Economia Política. Vol. 14, nº 03 (55) julho-setembro

Desta forma, o real é uma moeda lastreada nas reservas internacionais e também no patrimônio da União, diferindo da moeda fiduciária que esteve em vigor até junho/94, pela garantia da estabilidade de seu poder de compra que é dado pela conversibilidade em ativos reais. Esta nova moeda (real) equivalia a 1 URV ou a CR\$ 2.750,00 vigentes na época de sua introdução. Juntamente com a entrada desta nova moeda, o governo utilizou uma política monetária restritiva.

Em contraste com a fase anterior (URV) em que se promoveu a superindexação, esta fase (O Real) se caracterizou pela desindexação dos preços, sem no entanto, atingir a totalidade dos contratos e obrigações. Esta estratégia de estabilização é bastante eficiente para os bens tradeables, porém mostra-se totalmente ineficaz para os bens non-tradeables, onde destaca-se o setor serviços (aluguel, mensalidades escolares) em que os preços continuaram a flutuar.

Neste atual programa de estabilização, é relevante enfatizar uma clara política de rendas, dizendo em que nível deverão ficar os salários reais e os preços nominais.

Com o lançamento do real a partir de julho / 94, observou-se que os preços começaram a declinar resultando numa redução drástica das taxas semanais de inflação que pode ser percebida pelo gráfico 5. Esta rápida queda da inflação logo após a reforma monetária que introduziu o real foi viabilizada pela folga cambial e a abertura comercial, facilitando a transição para um regime de estabilidade.

O Plano Real adotou uma política de taxas de juros reais elevadas com o intuito de evitar uma grande expansão do crédito e da demanda pós-queda da inflação. No entanto, estas medidas se mostraram insuficientes, pois a redução da inflação foi acompanhada por um aumento da demanda, sobretudo o setor de bens de consumo duráveis, mostrando a insensibilidade do consumidor para a taxa de juros real, sendo a certeza sobre o valor da prestação e o número de prestações mais importante do que o próprio custo do financiamento.

Assim, apesar da política governamental de manter os juros reais elevados e tentar estimular a poupança, presenciou-se uma explosão do consumo.

Feitas estas considerações, infere-se que a ancoragem cambial e a política monetária restritiva são as principais responsáveis pela base de sustentação do Plano Real.

2.2.2- Quarta fase - Reformas Estruturais

Além da utilização de medidas fiscais e monetárias e da implementação de políticas de rendas, o sucesso das estratégias de estabilização também depende de se impedir o aparecimento de novos choques na economia e criar condições da política econômica que permitam evitar que estes choques se propaguem. Para tal, torna-se necessário a execução da Fase IV do Programa de Estabilização, denominada reformas estruturais, ou mais precisamente sua continuidade, tendo em vista que algumas destas reformas já vinham sendo aplicadas antes da gestão de FHC como Ministro da Fazenda, porém ainda de forma não muito profunda.

Dentre o elenco de reformas estruturais, é válido ressaltar as seguintes:

- a) **Liberalização do Comércio Exterior** : A abertura comercial foi uma das reformas que mais avançou nas administrações Collor e Itamar e prossegue sua expansão na administração de FHC. Esta reforma constitui pré-condição à estabilização, pois o grau atingido de abertura da economia assegura elevado grau de concorrência com os importados, impedindo a execução da espiral inflacionária.
- b) **Privatização** : O programa de privatização avançou menos relativamente à abertura e não assumiu papel crucial nas três primeiras fases do programa de estabilização, ou seja não constitui pressuposto básico para o sucesso na queda da inflação. Porém seu aprofundamento no atual estágio do programa (Fase IV) passa a constituir um dos condicionantes fundamentais para o sucesso. A relevância de sua implementação na Fase IV pode ser justificada pela promoção de efeitos positivos sobre eficiência e expectativas como também reflete diretamente na redução do estoque da dívida e na atração de capitais externos de prazo mais longo, com maior propensão a elevar o investimento produtivo.
- c) **Desregulamentação** : A desregulamentação foi uma das áreas onde se avançou menos e que, da mesma forma que a privatização, terá que assumir maior importância daqui para frente.
- d) **Reformas Constitucionais** : No tocante às reformas constitucionais, é válido destacar que apesar de sua relevância para a modernização do país, as mesmas

não constituem em si mesmas, condição necessária nem suficiente para a estabilidade.

2.3- Principais Resultados

Feitas as considerações sobre as sucessivas fases do Plano Real, cabe agora analisar seus principais resultados.

O fator mais positivo do Plano Real foi a redução da inflação, que baixou de uma taxa mensal de cerca de 47% em junho para 1,5% em setembro de 1994 (BAER, p.381) e sua respectiva manutenção.

No que diz respeito aos bens non- tradeables, percebe-se que a inflação permaneceu muito concentrada para este segmento, onde destaca-se o setor serviços (aluguel, mensalidades escolares, médicos). Porém a continuidade do plano tratou de equalizar tais discrepâncias, fazendo com que os preços de tais itens convirjam para a média geral, possibilitando que os índices gerais tornem cada vez menores.

A estabilidade dos preços consiste no grande mérito do Plano Real, tendo em vista que esta queda das taxas de inflação, e conseqüentemente do imposto inflacionário propiciou um aumento da renda real, sobretudo para as classes menos favorecidas, refletindo em uma melhor distribuição de renda. Este impacto será abordado de forma detalhada no capítulo 3.

Também deve ser enfatizado que devido o aumento das vendas, reconhece-se uma elevação da taxa de crescimento da economia nos oito primeiros meses após a introdução do Plano Real, em que atingiu uma média de 4,3% ao ano na primeira metade de 1994, subindo para uma média de 5,1% na segunda metade de 1994 e a 8,8% ao ano no primeiro trimestre de 1995, sendo favorável para os balanços das empresas (BAER, p.382).

A realidade altera a partir de maio de 1995 com uma reversão no crescimento econômico proporcionada pelo medo de uma crise cambial decorrente de déficits comerciais crescentes juntamente com a ocorrência da crise mexicana.

Neste sentido, verifica-se que infelizmente não basta superar o problema inflacionário para assegurar a expansão da economia. A estabilidade é condição necessária, mas insuficiente do crescimento sustentado, pois este último requer condições específicas que transcendem a já difícil tarefa da estabilização (OLIVEIRA,p.146).

Conforme verificado, o Plano Real proporcionou importantes ganhos para a sociedade. No entanto, a inserção deste plano também impõe custos econômicos e sociais elevados, que podem ser atribuídos em virtude da valorização do real e das altas taxas de juros.

Dentre estes resultados desfavoráveis promovidos em decorrência do Plano Real , alguns são ressaltados:

A situação da Balança Comercial torna - se sensivelmente agravada depois de 1995 ,quando as importações superam às exportações , passando a exigir mais ingresso de recursos externos para seu financiamento. A balança comercial passa de -4,462 registrado no período de janeiro a junho de 1997 para -2,382 de janeiro a julho de 1998 (Folha de São Paulo, agosto de 1998).

O real valorizado e as elevadíssimas taxas de juros têm representado também um ônus brutal no processo produtivo, com reflexos diretos na inadimplência, quebra de empresas, substituição da produção local por importações e tudo isso gerando forte impacto no nível de empregos (SAWAYA, p. 19). O desemprego existente no Brasil chega a uma taxa de 7,90 em junho de 1997 (Folha de São Paulo , agosto de 1998).

Além destas deficiências , ainda é válido ressaltar que o setor agrícola também é penalizado com este programa de estabilização, pois muitos preços agrícolas sofreram um declínio, gerando uma redução na renda do setor que foi de 26,5% menor em junho de 1995 do que a de 1994 (BAER, p.388).

É relevante destacar que a crise atual decorre da maneira como as reformas estruturais estão sendo aplicadas e como se realizarão daqui para frente.

Tendo em vista a análise realizada sobre alguns impactos do Plano Real, verifica-se que é necessário amenizar os custos provenientes deste processo, através da compatibilização da política de estabilização com outros instrumentos de política econômica que promovam o desenvolvimento.

CAPÍTULO III - IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A implantação do Plano Real, o estudo das sucessivas fases bem como seus resultados constituíram os objetivos centrais do capítulo anterior. Dentre as conseqüências do Plano Real, detectou-se que : Um dos principais pontos positivos do Plano Real , que passou a ser executado pelo governo brasileiro desde junho de 1994, foi, juntamente com a queda da inflação, o aumento do poder de compra das camadas sociais mais baixas da população, possibilitando uma melhoria ainda que pequena , da distribuição de renda no país. Segundo dados apresentados pelo IPEA nos doze meses anteriores ao Plano Real, os 20% mais ricos detinham 65,6% dos rendimentos do trabalho, enquanto os 50% mais pobres ficavam com somente 10,4%. Mas após um ano, o quadro da distribuição já apresentava melhoria: os 20% mais ricos ficaram com 63,4%, enquanto os 50% mais pobres tiveram sua participação na renda nacional aumentada para 11,6%, o que representou uma transferência de 7,5 bilhões de reais (Revista Veja 28 / 02 / 1996).

É nesta perspectiva de avaliar as mudanças ocorridas no nível de renda, na desigualdade e na pobreza nos períodos imediatamente anterior e posterior ao lançamento do Plano Real que se desenvolve a análise deste presente capítulo.

3.1- Cenário geral da distribuição de renda no Brasil

Antes de entrar na questão fundamental do capítulo, é relevante retomar a análise das tendências da distribuição de renda no longo prazo (desde as décadas de 60 e 70) já evidenciada no primeiro capítulo.

Na década de 70, a economia brasileira vivenciava um período de crescimento notável, atingindo a taxa anual média de variação do PIB , na década de cerca de 8%. No

entanto, esta trajetória de crescimento ocorreu com uma piora do perfil de distribuição de renda, que já vinha sendo observada desde os anos 60.

A situação se deteriorou completamente nos anos 80 em virtude da perda de dinamismo econômico e da inflação crônica, desencadeando um agravamento do perfil distributivo brasileiro. Nessa década, apesar da preocupante desigualdade da distribuição de renda, o debate econômico esteve mais direcionado às alternativas de políticas anti - inflacionárias do que exatamente à questão da distribuição de renda.

Nos anos 90, a problemática da distribuição de renda volta a ser discutida com grande intensidade.

3.2 - Evolução recente da distribuição de renda no Brasil

O estudo da evolução recente da questão distributiva brasileira será desdobrada em dois momentos distintos. O primeiro momento compreende a análise do início da década de 90 até a implantação do Plano Real enquanto o segundo momento abrange precisamente o perfil da distribuição de renda sob o Plano Real.

No tocante ao primeiro momento destacado, ressalta-se que entre 1990 e 1992, percebe-se uma pequena redução da desigualdade, onde os 20% mais ricos perdem cerca de um ponto percentual na sua participação na renda, ao passo que os 50% mais pobres ganham cerca de 1,1 ponto com relação à posição do final de 1989. Estes dados podem ser confirmados pela tabela abaixo:

TABELA 7**Brasil: Evolução Recente do Crescimento e da Desigualdade - 1989 / 95**

ANOS	CRESCIMENTO ANUAL DO PIB PER CAPTA	PARCELA DA RENDA DOS 50% MAIS POBRES	PARCELA DA RENDA DOS 20% MAIS RICOS
1989	+ 1,4	11,8	62,4
1990	- 5,9	12,3	62,7
1991	- 1,3	13,6	60,2
1992	- 2,3	12,9	61,3
1993	+ 2,7	12,2	62,2
1994	+ 4,3	10,4	65,7
1995	+ 2,7	11,6	63,3

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE

Através dos dados fornecidos pela tabela, verifica-se que a fase seguinte (1993-1994) apresenta um comportamento distinto dos anos anteriores (1990-92) no que diz respeito ao crescimento, na qual percebe-se que a economia volta a crescer a partir de 1993 e ao nível de desigualdade, onde registra-se uma sensível piora comparativamente aos anos que antecederam.

Feitas estas considerações sobre o comportamento da desigualdade no período anterior ao Plano Real, passaremos a análise da questão distributiva sob o Plano Real.

No caso do Plano Real, a inexistência de estudos sistemáticos sobre a evolução do perfil distributivo e seus determinantes consiste na principal dificuldade envolvida na análise do impacto do Real sobre o comportamento da distribuição de renda. Porém, a limitação de informações disponíveis recentes não impede que sejam avaliados os primeiros efeitos do Plano Real sobre a trajetória do nível e do perfil dos rendimentos.

A introdução do Plano Real, com redução instantânea das taxas de inflação,

trouxe uma mudança radical no quadro anteriormente descrito. As mudanças da distribuição de renda ocorridas logo após o lançamento do programa de estabilização (de junho a setembro de 1994) é difícil de ser avaliada tendo em vista que compara rendas geradas em moedas diferentes e sob patamares inflacionários distintos. Desta forma, a análise da questão distributiva brasileira depende da referência temporal adotada.

Na fase que se segue ao período de transição do Plano Real (entre setembro de 1994 e setembro de 1995) evidencia-se uma melhora na distribuição de renda, tendo em vista que os decis mais baixos da distribuição de renda neste passaram a apresentar maiores ganhos de renda neste período, enquanto os incrementos vão se reduzindo à medida que caminha-se em direção à cauda superior da distribuição. Esta trajetória pode ser confirmada pelas informações do IPEA explicitadas no início deste capítulo e pelos dados do IBGE apresentados na tabela.

Conforme já discutido no segundo capítulo, com a implementação do Plano Real, notou-se uma dispersão dos preços relativos, onde os preços dos comercializáveis (tradeables) sofrem influência da concorrência externa (provocada pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado), permanecendo-se a partir de então, relativamente estáveis e diferenciando-se dos preços dos serviços prestados (não tradeables) em que mantém-se uma trajetória de crescimento, em virtude de não estarem submetidos à concorrência de serviços importados, mas apenas sujeitos à interação entre oferta e demanda internas. Esta dispersão de preços relativos em favor dos preços dos non-tradeables favoreceu uma parcela expressiva de trabalhadores de mais baixa rendas.

Neste sentido, verifica-se que a dispersão de preços relativos consiste no fator explicativo mais importante para a melhoria do perfil distributivo do imediato pós - Real.

O Plano Real provocou em um primeiro momento, uma modesta melhoria no perfil de distribuição pessoal da renda, mas esta melhoria não foi suficiente para sequer restabelecer os indicadores do quadro de desigualdade já extremamente deteriorado do início de 90, ou seja os resultados positivos detectados inicialmente parecem não estar se sustentando depois que a economia sofreu o impacto inicial da estabilização inflacionária e do surto de crescimento econômico que veio junto à euforia gerada pela inflação controlada.

A tabela abaixo mostra que na Grande São Paulo as trajetórias dos rendimentos

médios reais dos assalariados e dos ocupados, em 1997 apresentam patamares nitidamente inferiores aos do ano de 1993 e inferiores a 1994. Estes sinais confirmam que a trajetória favorável do perfil distributivo e dos ganhos reais dos rendimentos, começam a perder força a partir do final de 1995/ início de 1996.

TABELA 9

**Índices trimestrais do rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados
(1)
Região Metropolitana de São Paulo
1985 - 19997**

Trimestres	OCUPADOS (2) Rendimento médio real	ASSALARIADOS Salário Médio real
Out./93	62,6	64,5
Out./94	56,7	53,3
Out./95	55,9	51,2
Out./96	54,9	51,4
Out./97	54,8	49,6
Out./97	54,0	50,2
Out./97	53,3	51,2

FONTE: SEADE /DIEESE (PED).

(1) Inflator: ICV / DIEESE; (2) incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que recebiam exclusivamente em espécie; (3) incluem os que não tiveram remuneração.

De acordo com o quadro exposto, verifica-se que apesar do Plano Real ter induzido ligeiras diminuições na concentração de renda no início do Plano, estas se mostram irrelevantes quando comparadas o governo de FHC (em 1995) com o governo de Juscelino (em 1960). Durante estes 35 anos, a distância entre os ricos e os pobres aumentou significativamente no Brasil, tendo em vista que em 1960, os 10% mais ricos detinham 39,6% da renda nacional e os 10% mais pobres detinham apenas 1,9% dessa mesma renda, enquanto em 1995, os 10% mais ricos apodera - se de uma parcela maior,

atingindo 48,2% e os pobres são cada vez mais expropriados dos frutos da produção social, conseguindo alcançar somente 1,1% da renda nacional (Folha de São Paulo, 12 de janeiro de 1997).

Estes dados mostram que a deterioração na repartição da renda não esteve associada ao crescimento econômico, mas sim ao modelo de crescimento adotado pelo Brasil, ou seja a concentração de renda se acentuou em decorrência dos planos de desenvolvimento traçados.

Diante disto, o futuro deve ser constituído por uma nação em que todos os cidadãos possam almejar melhores condições de vida e alcançá - las através de seu próprio esforço. Uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário com vistas à sua integração na coletividade (IANNI, p.166).

CONCLUSÃO

A concentração de renda já se mostrava visível desde o período de Juscelino, evidenciando que o grande êxito revelado nesta fase foi aparente , pois os benefícios advindos do desenvolvimento foram distribuídos de forma desproporcional entre as pessoas.

Nos anos 60, a desigualdade da distribuição de renda torna - se não somente elevada, como também crescente. A situação piora nos anos 70 com o “Milagre Brasileiro” em virtude da elite brasileira ter construído uma sociedade de consumo apenas para uma minoria privilegiada, ficando a maioria marginalizada do processo.

Com a consolidação da abertura e da democracia nos anos 80, a renda continuou seu processo de concentração de forma ainda mais grave, resultando na exclusão de uma parcela majoritária da população em um processo de apartação social.

O processo de crescimento da desigualdade registrado nos anos 80 difere das décadas anteriores, pois nos anos 60 e 70, apesar da existência de uma profunda concentração de renda, reconhece - se que a renda média da população vinha crescendo. No entanto, nos anos 80, a renda média da população economicamente ativa decresce juntamente com o aumento da desigualdade de renda.

A análise do Plano Real foi realizada levando em consideração dois momentos distintos. O primeiro que vai de julho de 1994 ao primeiro semestre de 1995, combina rápida queda da inflação com entusiasmo dos negócios. Neste momento, percebe - se uma melhoria do perfil da distribuição de renda. Porém a partir de 1995, vive - se um novo momento marcado por uma inflação baixa, reversão do crescimento econômico e piora no comportamento da distribuição de renda.

Assim , apesar do Plano Real ter propiciado em um primeiro momento, uma modesta melhoria no perfil da distribuição pessoal de renda, esta melhoria não foi suficiente para sequer restabelecer os indicadores do quadro de desigualdade já extremamente deteriorado desde o início de 90.

Feitas estas considerações, enfatiza - se que o Estado não pode ser retirado em países subdesenvolvidos, marcado por um baixo nível de escolaridade, desnutrição , violência sob todas as formas e péssimas condições habitacionais, onde apenas uma pequena minoria possui água e saneamento básico.

Tendo em vista este drástico quadro sugere - se o respaldo do Estado na instauração de políticas gerais para desconcentrar renda. Dentre elas, algumas são enfatizadas como prioritárias:

- Políticas Industriais : Fornecer estímulo para a criação de emprego e geração de renda.
- Políticas Educacionais : Investir mais em educação, proporcionando para a maioria da população acesso a uma escola pública de qualidade, tendo em vista que a escola é uma variável relevante para combater à iniquidade social, pois a renda de uma pessoa está diretamente relacionada ao seu grau de instrução , de forma que quanto maior sua escolaridade , maior será o seu rendimento adquirido e maiores serão as possibilidades de se integrar no mercado de trabalho.
- Políticas Agrícolas: A implantação de reforma agrária e a promoção de incentivos para os pequenos e médios produtores também podem resultar em melhores condições de vida para a população através do crescimento vertiginoso da oferta de produtos agrícolas e a garantia de renda ao produtor rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Werner. A Economia Brasileira. Nobel – São Paulo, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de e MENDONÇA, Rosane. A evolução do bem –estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960 / 90. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, Vol.25, nº 1, abril –1995, os.115 –164.

BARROS, Ricardo Paes de, NERI, Marcelo e MENDONÇA, Rosane. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil in A Economia Brasileira em perspectiva – 1996. Rio de Janeiro, IPEA, 1996, Vol.2, ps.421 - 474.

BONELLI, Régis e RAMOS, Lauro. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Revista de Economia Política – São Paulo, Vol.13, nº 2 (50), abril / junho 1993, ps.76-94.

BREAD, Michel. O mundo de cabeça para baixo in MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Marcelo D. e CARCANHOLO, Reinaldo. A quem pertence o amanhã ? Ensaio sobre o Neoliberalismo. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Série Fidene – 14ª Edição. Editora Vozes – Petrópolis – RJ, 1995.

BUARQUE, Cristovam. O Colapso da Modernidade Brasileira e uma proposta alternativa. 3ª Edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra , 1995. CAMARGO, José Márcio e GIAMBIAGI, Fábio (org.). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

DANIELA FALCÃO. Brasil é campeão de desigualdade social in Folha de São Paulo. 9 de julho de 1996.

DECORNOY, Jacques. Trabalho, capital... para onde tende o futuro? in MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Marcelo D. e CARCANHOLO, Reinaldo. A quem pertence o amanhã ? Ensaio sobre o Neoliberalismo. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

EDITORIAL. Os dois Brasis in O Povo. 15 de setembro de 1998.

FRANCO e CARDOSO, Itamar e Fernando Henrique. Pano Real. Revista de Economia Política – São Paulo, Vol.14, nº 3 (55), julho / setembro 1994, ps.141 –152.

GREMAUD, Amaury Patrick, SAES, Flávio Azevedo Marques de e JÚNIOR, Rudinei Toneto. Formação Econômica do Brasil. Atlas – São Paulo, 1997, ps.167 –247.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade e Pobreza no Brasil no período de 1979 – 96 e a influência da inflação e do salário mínimo in Projeto Urbano. INTERNET site [http: \\
www.fazenda.gov.Br](http://www.fazenda.gov.Br).

IANNI, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno. Editora brasiliense. 2ª Edição – São Paulo, 1994.

LACERDA, Antônio Correa de. Distribuição de Renda no Brasil nos anos 80. Revista de Economia Política – São Paulo, vol.14, nº 3 (55), julho / setembro 1994, ps.134-140.

MARCIO POCHMANN. Anos 90 , uma nova década perdida ? in Folha de São Paulo , agosto /98.

MATOS, Fernando A.M (UNICAMP) e CARDOSO Jr. José Celso (IPEA). A questão distributiva no Plano Real in III Encontro Nacional de Economia Política. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 9 a 12 de junho de 1998.

MELHOROU a distribuição de renda in Revista Veja , Edição 1433 , p.23, 28 de fevereiro de 1996.

NERI, Marcelo e CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, Desigualdade e Pobreza : O Impacto da Estabilidade in A Economia Brasileira em perspectiva – 1996.Rio de Janeiro / IPEA, 1996, Vol.1, ps.49 –81.

OLIVEIRA, Gesner. Brasil Real : desafios da pós estabilização na virada do milênio. Editora Mandarim – São Paulo, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A economia e a política do Plano Real. Revista de Economia Política – São Paulo, vol.14, nº 4 (56), outubro / dezembro 1994, ps. 129 – 148.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Segundo as normas da mundialização in MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Marcelo D. e CARCANHOLO, Reinaldo. A quem pertence o amanhã ? Ensaio sobre o Neoliberalismo. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

SAWAYA, Rubens R. O Plano Real e a política econômica. São Paulo, EDUC, 1996.

SMITH, Roberto e OLIVEIRA, Aécio Alves. Brasil : Integração Social e Equalização de Oportunidades in Seminário – Integração Social – Desafio dos anos 90, Recife, 13 e 14 de outubro de 1994.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de , GREMAUD, Amaury Patrick e JÚNIOR, Rudinei Toneto. Economia Brasileira Contemporânea : Para cursos de Economia e Administração – Atlas –São Paulo, 1996.

ZERMEÑO, Sérgio. O Estado Neoliberal e o Esvaziamento do Espaço Público in MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Marcelo D. e CARCANHOLO, Reinaldo. A quem pertence o amanhã ? Ensaio sobre o Neoliberalismo. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

ZIEGLER, Jean. O amargo remédio do Doutor Cardoso in MALAGUTI, Manoel Luiz, CARCANHOLO, Marcelo D. e CARCANHOLO, Reinaldo. A quem pertence o amanhã ? Ensaio sobre o Neoliberalismo. Edições Loyola, São Paulo, 1997.